



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

Relatório

5º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono

Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e Transparência no tocante ao apoio e financiamento necessário e recebido

São Tomé, 27-30 de março de 2023

Supported by:



Federal Ministry
for Economic Affairs
and Climate Action

Federal Foreign Office



INTERNATIONAL
CLIMATE
INITIATIVE

on the basis of a decision
by the German Bundestag

CLIMATE
PROMISE

Supported by:



Federal Ministry
for Economic Affairs
and Climate Action



From
the People of Japan



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development



Sverige



Co-funded by
the European Union



UK Government



Belgium
partner in development



Government of Iceland
Ministry for Foreign Affairs



MINISTERO DELLA
TRANSIZIONE ECOLOGICA



COOPERAÇÃO
PORTUGUESA
PORTUGAL

+ UNDP's
Core Donors



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

**CLIMATE
PROMISE**



Como empresa federal, a GIZ apóia o governo alemão a alcançar seus objetivos no campo de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Publicado por:

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Escritórios registrados:

Bonn e Eschborn, Alemanha
T +49 228 44 60-0 (Bonn)
T +49 61 96 79-0 (Eschborn)

Friedrich-Ebert-Allee 40

53113 Bonn, Alemanha
T +49 228 44 60-0
F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5

65760 Eschborn, Alemanha
T +49 61 96 79-0
F +49 61 96 79-11 15

E info@giz.de
I www.giz.de

Projeto:

Projeto de Apoio à Implementação do Acordo de Paris (SPA)
O projeto é financiado pela Iniciativa Climática Internacional do Governo Alemão

Autores:

Gonçalo Cavalheiro (CAOS), Thiago Mendes (Coordenação Núcleo Lusófono UNDP/Climate Promise & CBIT-GSP), Simone Gotthardt (PATPA)

Responsável:

Simone Gotthardt (GIZ)

Créditos das fotos:

GIZ/PNUD

Direitos autorais:

GIZ

Em nome do:

Ministério Federal da Economia e Proteção Climática (BMWK)
Ministério das Relações Exteriores Federal (AA)
Berlim

A GIZ é responsável pelo conteúdo desta publicação.
Abril, 2023



Índice

1. Introdução	5
2. Contexto	5
2.1 <i>A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA)</i>	5
2.2 <i>PNUD – Climate Promise & CBIT-GSP</i>	6
3. Objetivos do workshop e conceitos-chave	6
3.1 <i>Conceitos-chave/ Grandes temas do workshop</i>	6
4. Atividades do workshop	7
4.1 <i>Metodologia do workshop</i>	7
4.2 <i>Resumo do workshop</i>	7
5. Principais conclusões e lições aprendidas	8
6. Recomendações e próximos passos	10
6.1 <i>Identificação de temas de interesse</i>	10
6.2 <i>Metodologia e abordagem de troca</i>	10
ANEXO 1: Lista de participantes	11
ANEXO 2: Agenda	15
ANEXO 3: Apresentações	17
ANEXO 4: Declaração de São Tomé	17
ANEXO 5: Fotos do seminário	20
ANEXO 6: Avaliação do seminário	23



Acrônimos

BTR	<i>Biennial Transparency Report</i> Relatório Bienal de Transparência
BUR	<i>Biennial Update Report</i> Relatórios de Atualização Bienal
CBIT	<i>Capacity Building Initiative on Transparency</i>
COP	Conferência das Partes
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ETF	<i>Enhanced Transparency Framework</i> Estrutura de Transparência Aprimorada
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GIZ	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
GSP	<i>Global Support Programme</i>
M&E	Monitoramento e Avaliação
MRV	Mensuração, Relato e Verificação
NC	<i>National Communication</i> Comunicação Nacional
NDC	<i>Nationally Determined Contribution</i> Contribuição Nacionalmente Determinada
PATPA	Parceria para Transparência no Acordo de Paris
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPA	<i>Support Project for the Implementation of the Paris Agreement</i> Projeto de Apoio à Implementação do Acordo de Paris (SPA)
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> , Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

1. Introdução

De 27 a 30 de março de 2023 foi realizado, em São Tomé, o 5º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono com o tema “Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e Transparência no tocante ao apoio e financiamento necessário e recebido”. O workshop foi organizado e financiado pela Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA) e pela Iniciativa Promessa Climática do PNUD. O evento também contou com o suporte do País Anfitrião São Tomé e Príncipe.

O workshop reuniu 43 participantes, incluindo 31 representantes dos 9 países lusófonos (11 mulheres e 20 homens) de diferentes ministérios, agências e departamentos do governo. Todos(as) participantes são atores-chave no monitoramento de apoio necessário e recebido e/ou na coleta de dados de apoio necessário e recebido, bem como nos processos de desenvolvimento de Comunicações Nacionais (NCs) e Relatórios de Atualização Bienal (BUR). O workshop também contou com a presença de especialistas com foco em financiamento climática e revisão de Relatório Bienal de Transparência (BTR).

2. Contexto

O workshop teve como objetivo principal analisar barreiras e necessidades relativas ao apoio necessário e recebido dos países Lusófonos.

Diante dos novos desafios apresentados pela implementação da estrutura de transparência aprimorada (ETF) e a preparação de relatórios bienais de transparência (BTRs), os países terão que fazer progressos na melhoria de seus arranjos institucionais e legais e de suas políticas públicas climáticas. No âmbito da ETF, os países em desenvolvimento devem fornecer informações sobre o apoio financeiro, tecnológico ou técnico prestado ou mobilizado / necessitado ou recebido.

Por esta razão, o workshop procurou capacitar os participantes para a implementação da ETF relativa a apoio tanto como para a preparação do curso de revisor técnico do capítulo de apoio. O workshop foi concebido como um espaço para a troca de experiências e aprendizagem comum.

2.1 A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA)

A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA) tem como objetivo promover ações climáticas ambiciosas através do diálogo político e do intercâmbio entre profissionais. Hoje, mais de 100 países participam de suas atividades com foco na implementação do Acordo de Paris e, em particular, em sua estrutura de transparência aprimorada. Ao reunir especialistas de uma ampla gama de países, a Parceria procura fomentar a transparência, comunicação, trabalho em rede e confiança mútua, bem como processos de aprendizagem, identificação e disseminação de melhores práticas e lições aprendidas. Com estes objetivos em mente, a PATPA estabeleceu cinco grupos regionais para melhorar a cooperação e o intercâmbio entre países em partes específicas do mundo: América Latina e Caribe, África anglófona, África francófona, Ásia e o Núcleo Lusófono.

O Núcleo Lusófono foi criado durante a COP 22, em novembro de 2016. Em particular, o Núcleo Lusófono visa promover a troca de experiências entre os países de língua portuguesa e fortalecer as capacidades para cumprir com as obrigações de informação e transparência incluídas na UNFCCC e em seu Acordo de Paris.

O Núcleo Lusófono da PATPA é apoiado pelo Ministério Federal de Economia e Proteção Climática (BMWK) e pelo Ministério Federal das Relações Exteriores (AA) no âmbito da IKI (International Climate Initiative) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Climate Promise, em especial pelo apoio do Governo da Bélgica e pelo CBIT-GSP, implementado pelo ONU Meio Ambiente (UN Environment) em parceria com o UNDP e financiado pelo GEF.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

2.2 PNUD – Climate Promise & CBIT-GSP

A *Climate Promise* é a resposta do PNUD às mudanças do clima que por meio desta assume o compromisso de garantir que qualquer país que deseje aumentar a ambição do sua NDC que seja capaz de fazê-lo. Aproveitando as NDCs como um guarda-chuva, o PNUD reúne sua ampla infraestrutura, redes e ampla gama de ofertas substantivas para fornecer apoio abrangente no apoio aos mais de 120 países apoiados na implementação de suas NDCs.

O Acordo de Paris adotou as regras de Transparência (ETF), ao abrigo do artigo 13, que é fundamental para construir confiança e uma forte cooperação entre os países. Neste contexto, o projeto *Enhancing Climate Transparency* (ECT) interno ao Climate Promise do PNUD visa fornecer apoio abrangente ao desenvolvimento de capacidades nacionais para 35 países lusófonos e francófonos para produzir dados sobre mitigação e adaptação, assim como sobre transparência em geral para atender aos requisitos do ETF sob o Acordo de Paris e promover o intercâmbio sul-sul entre os países. O ECT é um projeto financiado pelo Governo da Bélgica.

CBIT-GSP

A *Capacity-building Initiative for Transparency - Global Support Programme* (CBIT-GSP) é um projeto global de transparência climática de cinco anos, financiado pelo Fundo Global para o Ambiente (em inglês Global Environment Facility - GEF), implementado pela ONU Ambiente (UNEP) e executado pelo Centro Climático de Copenhague do PNUMA (UNEP-CCC). O projeto visa apoiar os países em desenvolvimento na transição para as Regras de Transparência do Artigo 13 do Acordo de Paris (ETF) e apoiar na elaboração do seus Relatórios Bienais de Transparência.

O projeto CBIT-GSP inclui múltiplos componentes e tem várias modalidades de apoio, apoiando os países a nível global, regional e nacional. A principal modalidade de apoio do projeto são suas dez Redes Regionais de Transparência, abrangendo todos os países em desenvolvimento ao redor do globo, por meio das quais é prestado apoio fundamental aos países das respectivas redes. As Redes Regionais de Transparência são organizadas por região e ou idioma, e duas das Redes de Transparência - o Cluster Lusófono e a Rede Francófona - são implementadas através da Promessa Climática do PNUD, com financiamento do governo belga. O projeto CBIT-GSP também oferece vários outros apoios aos países, como a revisão da qualidade dos relatórios de transparência dos países, o fornecimento de ferramentas temáticas, reuniões globais, seminários virtuais e produtos de conhecimento.

3. Objetivos do workshop e conceitos-chave

Os objetivos do seminário foram:

- Analisar barreiras e necessidades relativas ao apoio necessário e recebido dos países Lusófonos
- Capacitação para a implementação da ETF relativa a apoio
- Capacitação de preparação do curso de revisor técnico do capítulo de apoio
- Discussão do plano de trabalhos do Núcleo

3.1 Conceitos-chave/ Grandes temas do workshop

Ao longo dos quatro dias de seminário, os participantes receberam informação, abordaram, discutiram e partilharam experiência e conhecimento acerca dos seguintes temas:

- Ponto de situação na elaboração e submissão de comunicações nacionais, BURs e BRs



- A transição do BUR para o BTR
- Diretrizes, metodologias, arranjos institucionais e experiência no seguimento e reporte de apoio necessário, recebido e concedido, incluindo formatos tabulares comuns
- Abordagens para a definição de apoio necessário
- O papel da transparência e da monitorização e avaliação no apoio climático bilateral e multilateral
- Preparação para curso de perito de revisão técnica dos relatórios, com ênfase na revisão de informação relativa a apoio concedido

4. Atividades do Seminário

4.1 Metodologia do Seminário

O workshop foi concebido como um espaço para a troca de experiências e aprendizagem comum. Portanto, a metodologia utilizada durante o Seminário centrou-se nos(as) participantes e em seus papéis de especialistas no monitoramento de apoio necessário e recebido (e concedido, no caso de Portugal) em seus respectivos países. O principal papel dos facilitadores foi de transmitir informações básicas para garantir que todos os(as) participantes tivessem um mínimo de pontos em comum, bem como garantir e promover a discussão e o entendimento entre eles(as).

Em geral, a fim de facilitar o intercâmbio e o aprendizado, o Seminário foi estruturado ao longo de dois eixos:

1. O eixo de intercâmbio: foram reunidos especialistas do Núcleo Lusófono.
2. O eixo temático de ação: cada país teve dois participantes no Seminário. Havia uma pessoa com foco em monitoramento e outra com coleta de dados de apoio necessário e recebido.

4.2 Resumo do Seminário

O Seminário foi realizado ao longo de quatro dias. No primeiro dia foi dado destaque ao país anfitrião, dando início a um momento que se pretende a ser repetido nos encontros presenciais do Núcleo Lusófono. São Tomé e Príncipe apresentou os traços gerais da sua política climática, tendo dado atenção especial à questão do seguimento do apoio climático recebido. Os restantes especialistas dos países participantes comentaram a apresentação de São Tomé e Príncipe, partilhando as suas experiências relevantes para as barreiras e dificuldades identificadas pelo anfitrião.

A tarde do primeiro dia foi dedicada à partilha de experiências e ao ponto de situação de cada país com relação à preparação e submissão de Comunicações Nacionais, BURs e BRs, bem como relativamente à participação nos processos de verificação. Começou neste primeiro dia a sensibilização e preparação para o curso de revisor técnico, que se repetiu todos os dias.

No segundo dia, os facilitadores deram uma visão geral das diretrizes de ETF relativas a apoio. Em seguimento destas exposições, vários países apresentaram as suas experiências relativas à identificação de apoio necessário (incluindo no contexto de alinhamento e integração da política climática nas restantes políticas nacionais). Neste dia, teve lugar também uma apresentação, por parte do secretariado da CPLP e de uma representante do Observatório do Clima, uma iniciativa da comunidade académica da Lusofonia.



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE



No terceiro dia, para além dos cursos de perito revisor, foi dedicado à apresentação e discussão detalhada dos formatos tabulares para reporte do apoio necessário e recebido. No período da tarde, os participantes deslocaram-se ao jardim botânico de São Tomé, porta de entrada para o parque natural que ocupa cerca de 30% do território nacional. O objetivo da visita foi sensibilizar os participantes para a importância da conservação da biodiversidade no contexto da luta contra as alterações de clima.

Finalmente, no último dia discutiram-se três grandes aspetos: o curso de peritos, revisores, a metodologia do PNUD para avaliação de investimentos e fluxos financeiros e definiu-se as prioridades e plano de trabalho para o Núcleo Lusófono. Foi também discutida e aprovada uma declaração dos participantes. A declaração pode ser encontrada no Anexo 4.

A agenda detalhada pode ser encontrada no Anexo 2.

5. Principais conclusões e lições aprendidas

Uma principal conclusão parece vir a tornar-se evidente: a capacidade dos países lusófonos está a aumentar, demonstrada cabalmente pela número de iniciativas em curso em cada um dos países, mas em particular pela submissão de relatórios (Comunicações Nacionais e BURs), cada vez mais intensa. A tal facto não será certamente alheia a entrada em vigor do Acordo de Paris, o aproximar da transição para a ETF e o apoio do Núcleo Lusófono, incluindo a partilha entre os países.

Neste contexto, durante o seminário foi possível identificar as seguintes principais conclusões ou lições aprendidas:

- Todos os países estão em pelo menos uma fase do processo de MRV: uns estão a preparar relatórios, outros estão no processo de verificação e outros ainda estão parcialmente em ambos;
- Os arranjos institucionais continuam a ser um grande desafio para os países da lusofonia, mas parece também ser cada vez mais evidente que a respetiva consolidação só poderá acontecer através da sua ativação periódica e regular no contexto da elaboração de relatórios; a cooperação interinstitucional deverá ser alicerçada numa formalização de papéis e responsabilidade e num reforço da capacidade técnica para permitir e promover uma contribuição de qualidade e atempada para o esforço nacional de elaboração, submissão e verificação dos relatórios;
- Os arranjos institucionais para a elaboração dos relatórios variam de país para país: em alguns países os relatórios são elaborados exclusivamente por funcionários públicos, noutros por consultores e noutros ainda por uma mistura de ambos; das discussões ficou claro que não existe um modelo perfeito ou preferencial face a outro; alguns países indicaram estar a esforçar-se por minimizar o papel dos consultores, outros planeiam manter a respetiva participação;
- Independentemente do tipo de arranjo definido, é fundamental que estes sejam formalizados de modo a ter em conta que um ciclo de reporte só termina com a aprovação do relatório de verificação por parte das equipas internacionais, pelo que é importante a manutenção de vínculos contratuais até esse momento, de modo a garantir que os técnicos envolvidos na elaboração do relatório possam participar da respetiva verificação;
- Ficou novamente patente o reduzido número de peritos lusófonos aptos a participar nos processos de verificação internacional; à medida que cada vez mais países lusófonos submeterem os seus relatórios esta falta ficará mais evidente e será altamente prejudicial para os países, pois existe uma grande probabilidade das equipas de verificação não terem um



perito que fale português; tal já se demonstrou como uma importante barreira à cabal participação dos países na ICA;

- Vários participantes identificaram a língua como uma forte barreira à avaliação bem sucedida nos exames dos cursos de peritos de verificação; Entretanto, foi ressaltado que os relatórios devido as legislações nacionais, normalmente, precisam ser aprovados na língua oficial local, demonstrando a importância de formação de capacidades em língua portuguesa para atender os requisitos da ETF do Acordo de Paris.
- Tal como em encontros anteriores, foi frizada a necessidade dos países não almejem um relatório perfeito, adiando consecutivamente a respetiva submissão; os países deverão entender o cumprimento dos prazos de submissão como um requisito fundamental para garantir a rotinização dos procedimentos e assim conseguir o desejado “tirar os sistemas da gaveta;”
- A identificação de necessidades de apoio climático parece ainda ser encarado, geralmente, como uma iniciativa autónoma, enquadrado no contexto da necessidade de dar resposta a determinados requisitos ou solicitações (nomeadamente os de elaboração de relatórios) ao invés de ser um resultado do processo de planeamento da política climática, devidamente integrado no planeamento das políticas nacionais de desenvolvimento. Identificou-se que ainda há carência de difusão de metodologias para realização do trabalho vinculado ao apoio necessário para informar as decisões sobre implementação das políticas de mitigação e adaptação. Houve solicitação expressa para que a metodologia I&FF apresentada pelo PNUD que a mesma seja traduzida para língua portuguesa para facilitar a replicação.
- Os participantes ainda concluíram que a transparência da ação climática e do apoio prestado ou recebido é fundamental para promover a ambição na redução de emissões e para reduzir a vulnerabilidade dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações de clima e enfatizaram ainda os desafios que os países enfrentarão na transição para o ETF, em particular os de menores recursos e com maiores fragilidades em termos de capacidade institucional.
- Outra conclusão importante vinculada ao processo de conhecimento dos processos de MRV de apoio recebido é de reconhecer que os BTRs, em virtude da informação que veiculam, se constituirão como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;
- Da mesma forma, os participantes concluíram que a transparência é fundamental para garantir o uso eficiente e efetivo dos recursos financeiros destinados a combater as mudanças do clima global & que a solidez dos arranjos institucionais, acompanhado de outros elementos que permitam construir relações de confiança – particularmente a nível bilateral, são fundamentais para atrair apoio climático estruturante e devidamente orientado para as necessidades e circunstâncias do país, em outras palavras, é fundamental conectar a lógicas das prioridades nacionais do apoio necessário para orientar a captação e acompanhamento do apoio recebido.
- O participantes ainda concluíram que é fundamental a nomeação, por parte dos Estados-Membros, de técnicos que integrem as equipas de especialistas referidas nas regreas do ETF, para aumentar as possibilidades de existir pelo menos um especialista que fale português na revisão dos BTRs dos Estados-Membros e notando ainda que a participação nestas equipas constitui uma importante oportunidade de aumentar o conhecimento técnico que poderá posteriormente ser aplicado internamente.
- Por fim, os participantes reforçaram o apelo a todos os Estados-Membros da CPLP, que continuem a apoiar os trabalhos do Núcleo Lusófono, disponibilizando recursos técnicos, tecnológicos e financeiros para suportar a agenda de trabalhos ambiciosa que se perspetiva nos curto e médio prazos.



6. Recomendações e próximos passos

6.1 Identificação de temas de interesse

Durante a discussão, o grupo identificou uma série de tópicos de interesse que poderiam ser considerados para futuros debates. Estes tópicos incluem:

- Reforço dos arranjos institucionais
- Transparência de energia e florestas
- Seguimento da NDC
- Perdas e Danos

Vários participantes também expressaram o desejo de estabelecer diálogos técnicos e exercícios para tratar de questões específicas. Por exemplo, relacionados a:

- Preparação para o curso de perito técnico
- Participação efetivas nas negociações da UNFCCC e respetiva ligação à política nacional

6.2 Metodologia e abordagem de troca

O formato do workshop foi avaliado positivamente pelos participantes. Uma grande maioria destacou o valor agregado da relevância e clareza dos assuntos técnicos abordados. A facilitação também foi avaliada positivamente, ainda que as principais sugestões de melhorias para o futuro fossem relacionadas com gestão do tempo, ritmo e fluxo, materiais e métodos.



ANEXO 1: Lista de participantes

Nº	Nome completo	Gênero m / f / d	Instituição e posição atual	País
1	Aderito Santana	m	UNDP STP	São Tomé e Príncipe
2	Alexandre Nevsky Gomes Medina Rodrigues	m	Assessor Especial do Ministro de Agricultura e Ambiente	Cabo Verde
3	Ana Teresa Damião Adão	f	Direcção Nacional do Ambiente e Acção Climática (DNAAC)	Angola
4	Antonio Pansau N'dafa	m	Ministério do Ambiente e Biodiversidade (MAB) Technician	Guiné-Bissau
5	Artur Jorge de Lima Trindade	m	AGER - Coordenador do 4o Inventário de Nacional de GEE	São Tomé e Príncipe
6	Carlos Moniz	m	UNFCCC NFP Cabo Verde	Cabo Verde
7	Cícer Costa	m	DGAAC	São Tomé e Príncipe
8	Clara Justino	f	CPLP Cooperation Department Technician	
9	Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz	f	Analista Ambiental Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais - SAS	Brasil
10	Claudio dos Santos Quenhe	m	Ministry of Land and Environment (MTA-DMC)	Moçambique
11	Damiano Borgogno	m	International Chief Technical Specialist, PNUD STP	
12	Amilza Amaral	f	Director do Planeamento	São Tomé e Príncipe
13	Ernesto Escorcio	m	Coordenador Projecto Carvão Vegetal Sustentável	Angola
14	Geert Fremout	m	Belgium Government Head of International Cooperation Unit	Bélgica



15	Gonçalo Cavalheiro	m	Facilitador e Consultor, CAOS	
16	Henriques Pires Neto Barbosa	m	Representante da Região Autônoma do Príncipe	São Tomé e Príncipe
17	Valdelsénio Trindade	m	MIRNMA – Instituto Nacional do Promoção do Género	São Tomé e Príncipe
18	Jacqueline Pina	f	MICE	Cabo Verde
19	Joana Vieira da Silva	f	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Portugal
20	José Luiz Lima Onofre	m	NFP STP UNFCCC	São Tomé e Príncipe
21	José Nsue Ndong Nzang	m	Ministerio Agricultura, Ganaderia, Bosques y Medio Ambiente, PFN CMNUCC	Guiné Equatorial
22	Jukisia Salvador	f	Presidente do Comitê de Mudanças Climáticas	São Tomé e Príncipe
23	Karina Gonçalves de Almeida Souza	f	Coordenadora Técnica do Observatório do Clima, CPLP	
24	Ludmila Gomes	f	D. Agricultura	São Tomé e Príncipe
25	María Angue Mbenga Mangué	f	Ministerio Agricultura, Ganaderia, Bosques y Medio Ambiente Técnico del Ministério	Guiné Equatorial
26	Maria Teresa Mendizabal	f	UNDP STP	
27	Meyer António	m	DFB - STP	São Tomé e Príncipe
28	Neyla Danquá dos Ramos	f	DGRNE - STP	São Tomé e Príncipe



29	Noémia Faustino Utxavo Jotamo	f	Ministry of Economy Planning and Budgeting Officer	Moçambique
30	Nuno Ribeiro	m	Assistente técnico Governança Climática e Arranjos Institucionais Programa Ação Climática	Cabo Verde
31	Oscar Soares	m	Direcção Nacional de Alterações Climáticas, Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Timor Leste
32	Osório Ximenes	m	Direcção Nacional de Alterações Climáticas, Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Timor Leste
33	Ricardo Vieira Araujo	m	Tecnologista Pleno Coordenação-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade - CGCL	Brasil
34	Simone Gotthardt	f	Coordenação Núcleo Lusófono - PATPA	
35	Sulisa Signo Bom Jesus Quaresma	f	Ministry of Infrastructure, Natural Resources and Environment Head of Department	São Tomé e Príncipe
36	Susanne Olbrisch	f	UNDP - Climate Policy Specialist	
37	Thiago de Araújo Mendes	m	Coordenação Núcleo Lusófono, PNUD	
38	Valdemar Mendes	m	PNUD STP	São Tomé e Príncipe
39	Vitor Gois Ferreira	m	UNFCCC, Team Lead Transparency	
40	Gualter Aaredo	m	GEP-MIRNMA	São Tomé e Príncipe
41	Kleyler Teixeira	m	Direitor Peceiria Ministerio Agricultura	São Tomé e Príncipe
42	Aleides Cardoso	m	INTT	São Tomé e Príncipe
43	Adfelima Luis Leal	m	DEAAC	São Tomé e Príncipe



Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE





Parceria para Transparência
no Acordo de Paris
Núcleo Lusófono

CLIMATE
PROMISE



CBIT-GSP
CLIMATE TRANSPARENCY

ANEXO 2: Agenda

Dia 1

Hora início	Nome do ponto de agenda
8:30	Cerimónia de abertura Mesa de Alto-Nível
8:50	Cerimónia de abertura Mesa dos Parceiros do Núcleo Lusófono
9:20	Quebra-gelo e apresentação dos participantes
10:00	Apresentação da agenda
10:10	Conhecer o anfitrião: política climática, transparência e financiamento climático em STP Sra. Sulisa Quaresma, Diretora, Direção Geral do Ambiente e Acção Climática, Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais e Meio Ambiente da República de São Tomé e Príncipe
10:40	Q&A
10:50	Coffee break
11:10	Trabalho de Grupo. Países diferentes comentam os desafios e soluções de São Tomé relativamente ao apoio climático e elaboração do BUR e partilham a sua experiência. Objetivo: identificar problemas comuns e aprender com experiência uns dos outros.
11:55	Apresentação ao plenário e discussão facilitada
12:30	Almoço
14:00	Energizador / concentrador de focus
14:10	Introdução ao tema: Apresentação sobre a timeline de transição, incluindo acesso a financiamento GEF; principais diferenças entre MRV e ETF.
14:40	Painel /mesa-redonda: Onde está cada país no que diz respeito à elaboração / submissão de BUR/BTR
15:40	Coffee break
16:10	Formação: A Revisão Técnica Pericial e o curso de formação para revisores técnicos
17:00	Encerramento do dia
19:00	Cocktail

Dia 2

Hora	Nome do ponto de agenda
9:00	Agenda do dia: Introdução às metodologias e diretrizes para a coleta de dados sobre apoio necessário, recebido e prestado
9:15	As diretrizes de ETF relativamente a apoio necessário, recebido e prestado
9:45	Q&A
10:00	Apresentação da CPLP Apresentação do Observatório do Clima
10:30	Q&A
10:45	Coffee break
11:00	Curso de formação para revisores técnicos da UNFCCC

11:45	Experiências relativas à identificação de apoio necessário <ul style="list-style-type: none"> • Guiné-Bissau • Moçambique • Exemplos de BURs da região
12:30	Almoço
14:00	Energizador / concentrador de focus
14:10	Experiências na definição de necessidades e captação de apoio
14:30	Coffee Break
14:45	Apresentação das distintas abordagens sobre definição de apoio climático – foco apoio necessário
15:00	Identificar, quantificar e reportar apoio necessário
15:40	Discussão facilitada Partilha de experiências (boas e más) na identificação de necessidades e captação de apoios. Que entidades estão envolvidas neste processo? Que ligação aos planos nacionais de desenvolvimento ou planos e estratégias setoriais, como por exemplo de mitigação e adaptação às mudanças climáticas? Que ligação entre identificação e captação de apoio e processo de elaboração de CN e BURs?
16:10	Pausa para respirar
16:25	Trabalho em grupo de pessoas de diferentes países: Que mecanismo institucional pode ser montado de modo a aumentar o diálogo e a cooperação entre países doadores e beneficiários na elaboração do capítulo de apoio dos relatórios?
17:00	Avaliação intermédia do encontro
17:10	Encerramento do dia

Dia 3

Hora	Nome do ponto de agenda
8:30	Agenda do dia
8:45	Feedback do trabalho em grupo de ontem
9:05	A metodologia da OCDE/DAC
9:25	Q&A
9:35	Curso de formação para revisores técnicos da UNFCCC
10:15	Coffee Break
10:30	As tabelas de reporte comum para reporte do apoio necessário e recebido
12:00	Visita do campo: Jardim botânico de São Tomé
17:30	Retorno ao Hotel e Encerramento do dia

Dia 4

Hora	Nome do ponto de agenda
9:00	Agenda do dia
09:15	A metodologia do PNUD I&FF para avaliação de investimentos e fluxos financeiros e prioridades
10:15	Coffee Break
10:30	Experiências no seguimento e reporte de apoio concedido e apoio recebido Formato entrevista

	PT e BE: abordagens, arranjos institucionais, desafios e barreiras no seguimento e reporte de apoio concedido BR e CV: papel dos arranjos de transparência (seguimento e report) na discussão e angariações de apoios dos parceiros internacionais. O Fundo Amazônia e o projeto Lux Dev.
11:30	Curso de formação para revisores técnicos da UNFCCC
12:30	Almoço
14:00	Energizador / concentrador de focus
14:10	Status das atividades do Núcleo Lusófono Apresentar a avaliação de necessidades e status da execução dos pedidos de apoio recebido pela Coordenação do Núcleo Lusófono Apresentação e debate da proposta do Plano de Trabalho para o Núcleo Lusófono para o biênio, com detalhe para 2023
15:50	Discussão e aprovação da Declaração de São Tomé
16:30	Sessão de Encerramento e Lanche

ANEXO 3: Apresentações e cobertura do evento

As apresentações que fizeram parte do workshop estão disponíveis no site da PATPA através do seguinte link: [Reinforcing National Institutions for Climate Finance Transparency and Strengthening Lusophone Cooperation \(transparency-partnership.net\)](https://transparency-partnership.net)

Ou via plataforma CBIIT-GSP

<https://climate-transparency-platform.org/events/5-seminario-presencial-do-nucleo-lusofono5th-person-meeting-lusophone-cluster>

São Tomé e Príncipe acolhe o 5º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono

<https://fb.watch/jKy-8vt8OV/?mibextid=RUbZ1f>

Países de língua portuguesa defendem reforço às instituições nacionais e cooperação para aumentar transparência do financiamento climático

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/04/paises-de-lingua-portuguesa-defendem-reforco-as-instituicoes-nacionais-e-cooperacao-para-aumentar-transparencia-do-financiamento-climatico>

Encontro do Núcleo Lusófono debate implementação das decisões vinculadas ao Livro de Regras do Acordo de Paris

[Encontro do Núcleo Lusófono debate implementação das decisões vinculadas ao Livro de Regras do Acordo de Paris — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/04/encontro-do-nucleo-lusofono-debate-implementacao-das-decisoes-vinculadas-ao-livro-de-regras-do-acordo-de-paris)

ANEXO 4: Declaração de São Tomé

Declaração de São Tomé

Reforçar as instituições nacionais para aumentar a transparência do financiamento climático e reforçar a cooperação entre os países da lusofonia.

Os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos no 5º Encontro Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, na Cidade de São Tomé, São Tomé e Príncipe, nos dias 27 a 30 de Março de 2023;

Reafirmando a declaração de Praia redigida e aprovada pelos representantes dos nove países Lusófonos no 3º Encontro Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, na Cidade da Praia, Cabo Verde, nos dias 11 a 14 de Julho de 2022 em que,

Reconhecendo a urgência da ação de luta contra a crise climática, através da redução da emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e da adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas;

Notando que a cooperação técnica, incluindo a partilha de conhecimento, tecnológica e financeira entre os países de expressão portuguesa é fundamental para a prossecução dos objetivos do Acordo de Paris;

Afirmando que a transparência da ação climática e do apoio prestado ou recebido é fundamental para promover a ambição na redução de emissões de GEE e para reduzir a vulnerabilidade dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações climáticas;

Enfatizando que os desafios que os Estados-Membros da CPLP, em particular os de menores recursos e com maiores fragilidades em termos de capacidade institucional, enfrentarão na transição para o Quadro de Transparência Reforçada do Acordo de Paris, que pressupõe a publicação bienal de informação sobre emissões de GEE, mitigação, vulnerabilidade, adaptação, perdas e danos e apoio prestado ou recebido e a respetiva revisão por parte de equipas das Nações Unidas constituídas por especialistas internacionais;

Notando que é fundamental a nomeação, por parte dos Estados-Membros, de técnicos que integrem as equipas de especialistas referidas acima, para aumentar as possibilidades de existir pelo menos um especialista que fale português na revisão dos Relatórios Bienais de Transparência dos países lusófonos e notando ainda que a participação nestas equipas constitui uma importante oportunidade de aumentar o conhecimento técnico que poderá posteriormente ser aplicado internamente;

Reconhecendo que os Relatórios Bienais de Transparência, em virtude da informação que veiculam, se constituirão como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;

Afirmando a importância da submissão atempada dos Relatórios Bienais de Transparência, num contexto de melhoria contínua e da aplicação de flexibilidade na implementação das diretrizes de transparência por parte dos países que dela necessitem;

Notando com entusiasmo o intensificar das atividades de transparência nos Estados-Membro, traduzidos no crescente número de relatórios nacionais submetidos à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas;

Notando que as barreiras e dificuldades encontradas pelos Estados-Membro na implementação das regras atuais sob a Convenção de medição, reporte e verificação continuam a exigir grandes esforços às equipas técnicas responsáveis pela sua elaboração e **realçando** que, neste contexto, é fundamental o aprofundar do envolvimento e a articulação das diferentes áreas de política sectorial nestes esforços;

Notando a importância de proceder a uma transição suave para a Regras de Transparência do Acordo de Paris (Artigo 13), seguindo uma lógica de melhoria contínua entre os Relatórios Bienais de Atualização (BUR) sob a Convenção e os novos Relatórios Bienais de Transparência (BTR) no âmbito do Acordo de Paris;

Regozizando-se com os sinais claros identificados em vários Estados-Membro do reforço da institucionalização dos sistemas nacionais de transparência e de governança climática;

Observando que a transparência é fundamental para garantir o uso eficiente e efetivo dos recursos financeiros e meios de implementação destinados a reduzir as emissões de GEE e aumentar a resiliência dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações climáticas;

Enfatizando que os Relatórios Bienais de Transparência, em virtude da informação que veiculam, se constituem como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;

Realçando as prioridades da presidência de São Tomé e Príncipe da CPLP para o biénio 2023-2025 focadas na sustentabilidade e na juventude;

Reconhecendo a importância do mecanismo de assistência técnica (Climate Helpdesk) como ferramenta efetiva, transparente e em língua portuguesa, para materialização de apoio prestado aos países do Núcleo Lusófono.

Exprimindo um voto de agradecimento ao governo de São Tomé e Príncipe, à Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA), uma iniciativa financiada pela Alemanha dentro da IKI, pela Bélgica e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Promessa Climática e ao CBIT-GSP executado pela ONU Ambiente pelo apoio prestado à organização deste encontro;

Reforçaram o apelo, expresso na Declaração de Praia, a todos os Estados-Membros da CPLP:

- que continuem a apoiar os trabalhos do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência no Acordo de Paris, disponibilizando recursos técnicos, tecnológicos e financeiros para suportar a agenda de trabalhos ambiciosa que se perspetiva nos curto e médio prazos,

- que continuem a trabalhar no sentido de reconhecer a relevância do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência no Acordo de Paris no contexto da CPLP, enquanto instância de partilha e construção de conhecimento na temática da mudança do clima, bem como de promover a realização de atividades que contribuam para o combate às mudanças climáticas e aos seus impactos, num contexto de cooperação técnica entre seus respetivos Estados-Membros, no âmbito e estrutura de transparência aprimorada.

Apelam:

- ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, assim que possível, disponibilize, em língua portuguesa, os materiais de treinamento da “Metodologia de Avaliação de Fluxos Financeiros e de Financiamento (UNDP methodology for assessing Investment and Financial Flows)”;

- a todos os Estados-Membros da CPLP, que continuem a levar em consideração o plano de trabalho elaborado participativamente com os representantes dos países e entidades apoiadoras do Núcleo Lusófono na tomada de decisão sobre os temas relacionados com o reforço da transparência e cooperação entre os países lusófonos em matéria de alterações climáticas.

São Tomé, 30 de Março de 2023

Os participantes

Angola

ERNESTO ESCÓRCIO
Jana Jdca

Moçambique

Cláudio dos Santos Quenhe
Noémia Utxeto

Brasil

RICARDO VIEIRA ARAUJO
Claire Cruz

Portugal

Jana Viene de Silva

Cabo Verde

Carla Albert Tavares Louz
Joceline M. Amato de Rios

São Tomé e Príncipe

SOLISS S. BORGES J. QUARESIMA
Josi Luiz Lima Chafes

Guiné-Bissau

António Farsau N'Caia

Timor-Leste

- Osório Ximenes

Guiné Equatorial

JOSE USUE NODRIGUE M'ZANG
MARIA ANGEU M'RINGA MANSQUE.

ANEXO 5: Fotos do seminário



© UNDP



© UNDP



© UNDP



© UNDP

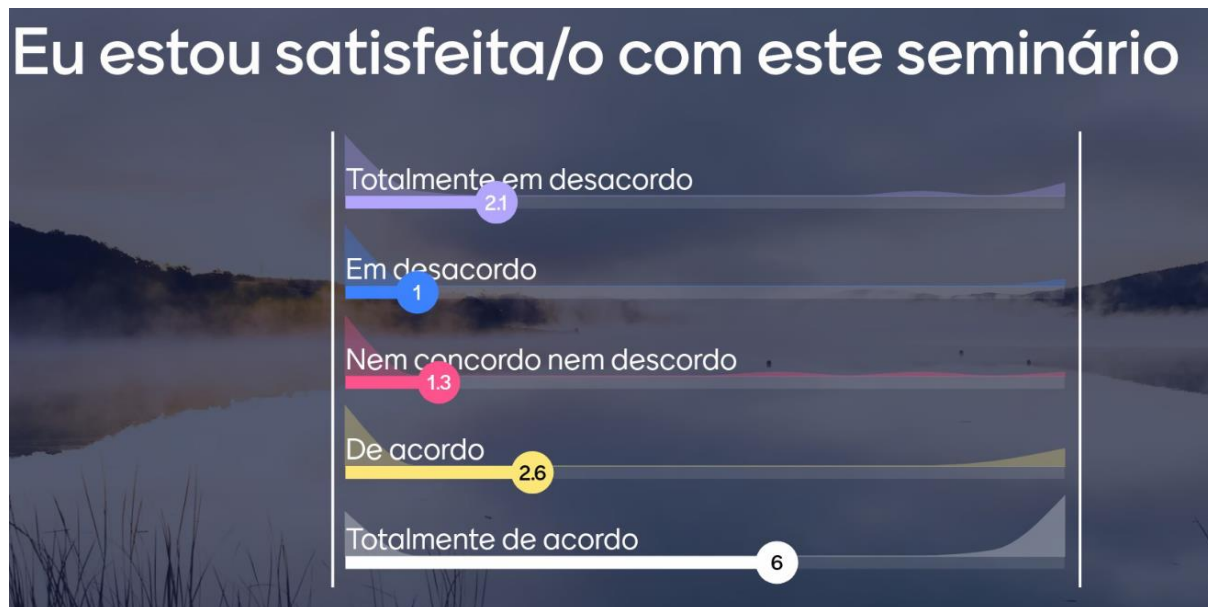


© GIZ

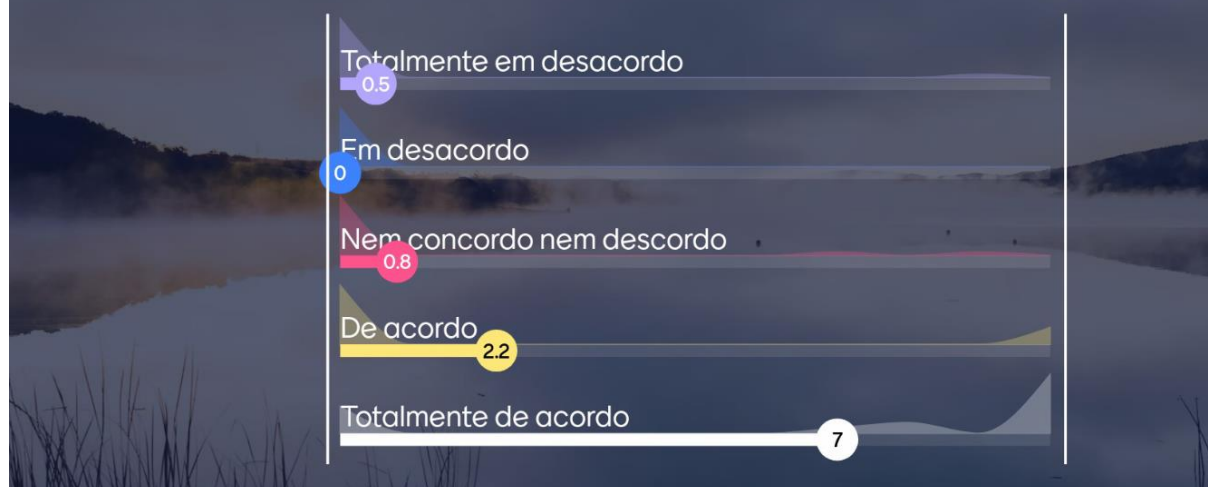


© GIZ

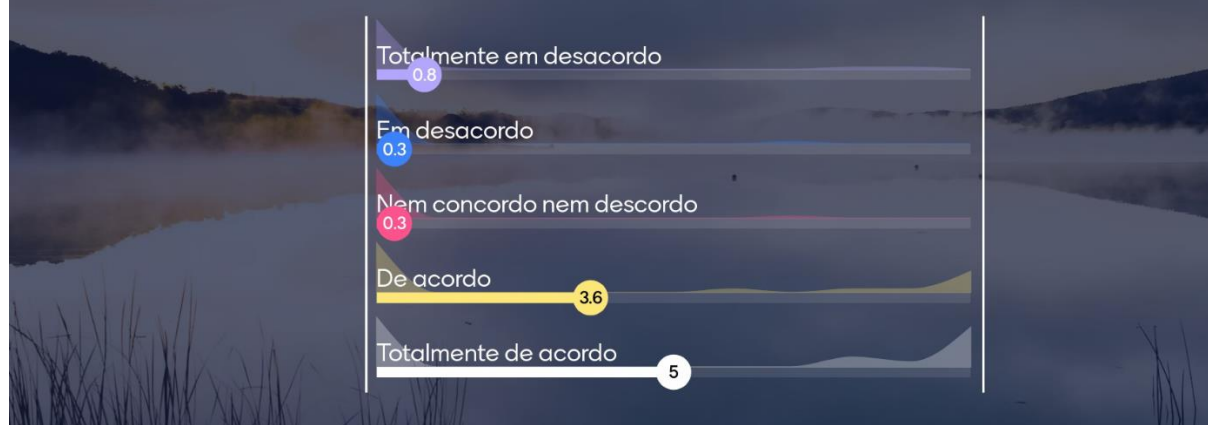
ANEXO 6: Avaliação do seminário



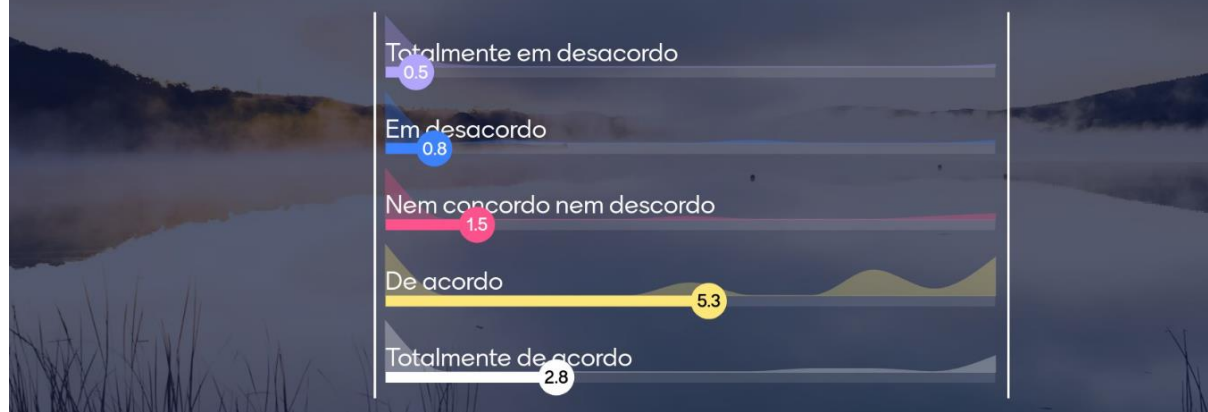
O conteúdo técnico foi claro e relevante.



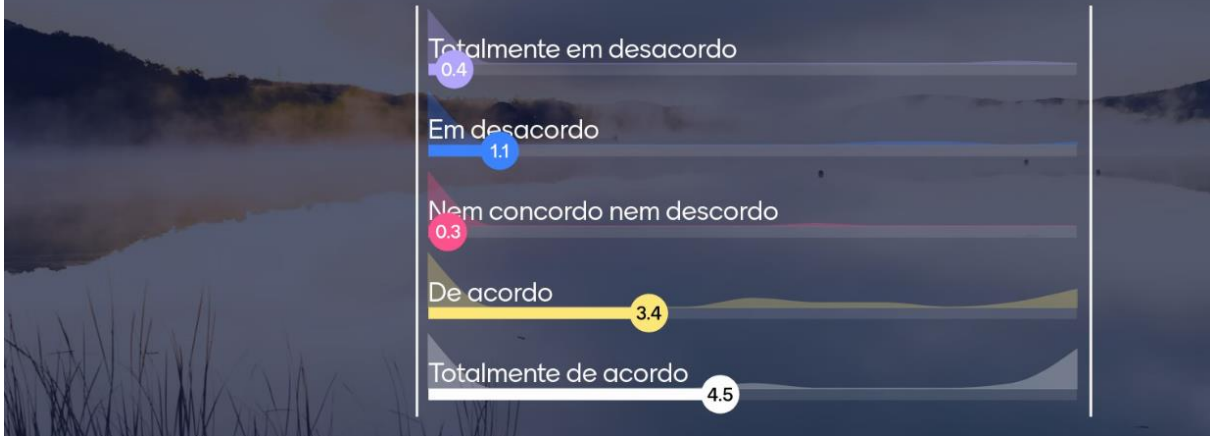
Os casos de países apresentados foram claros e relevantes.



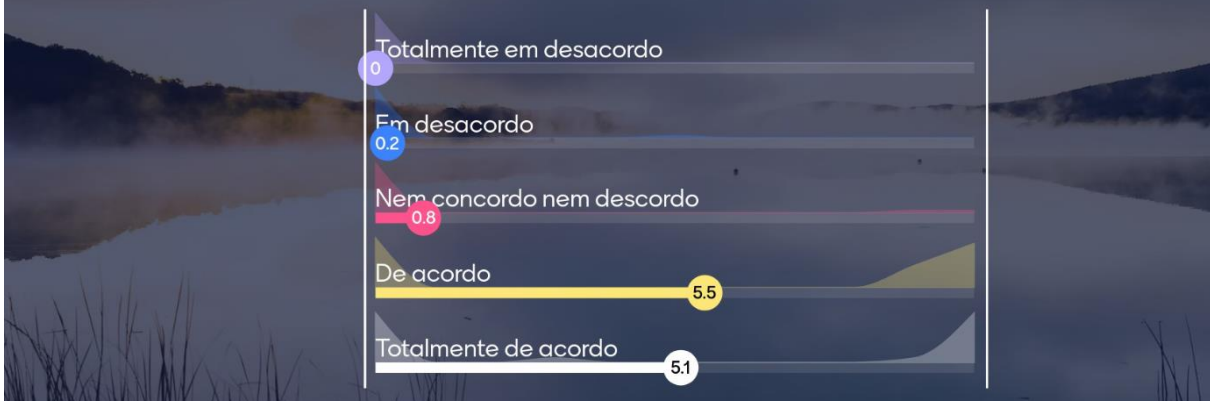
Houve tempo suficiente para trocar ideias com os outros participantes.



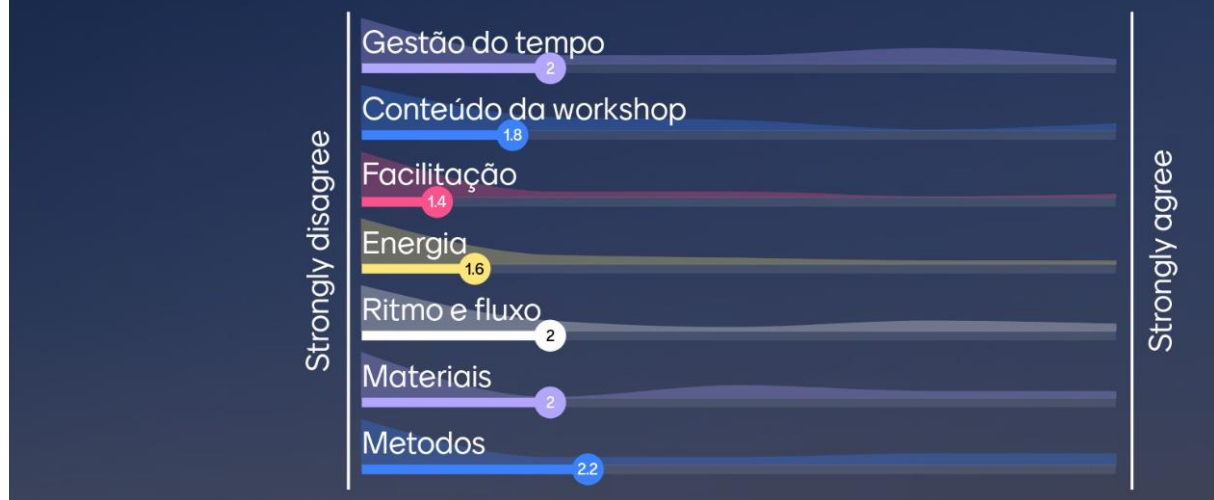
Estou satisfeito/a com a metodologia escolhida.



Este evento ajudar-me-á a fazer uma diferença no meu trabalho?



Onde podemos melhorar no futuro?



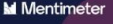
Por favor, dê exemplos concretos do que você pode aplicar ao seu próprio contexto de trabalho? 24 Answers Mentimeter

Replicar os conhecimentos na minha instituição.	Planificação reporte	Melhor a preparação do BTR
Reforçar o reconhecimento político da importância de capacitar os países na sua resposta às exigências de Paris	Tou de acordo	Organização dos trabalhos e conteúdos.
Preparação de BTR e participação no curso de revisores	Melhor avaliação dos elementos disponíveis e necessários para a solicitação de fundos e organização do apoio recebido é necessário .	Melhor informar e preparar os documentos institucionais (BUR, BTR, NDC...) do país

Por favor, dê exemplos concretos do que você pode aplicar ao seu próprio contexto de trabalho? 24 Answers Mentimeter

Apoio no suporte para reforço na governanca do clima	Preparação de relatórios	Planificação reporte + seguimento necessidades financiamento
muitos elementos : uso de tabelas, curso para fazer reviso	A inteirar mais sobre o metodologia para a elaboração dos relatórios. A entrar na rede dos revisores	Avallar os instrumentos disponíveis para a solicitação de apoio necessário .
Terei atenção aos impactos ambientais e as mudanças climáticas, na implementação de projetos voltados ao setor de energia.	Levar mais em conta as instruções apresentadas no ambito administrativo e financeiro	Relatório de todos actividades participadas

Por favor, dê exemplos concretos do que você pode aplicar ao seu próprio contexto de trabalho?

24 Answers 

Escutar opiniões de todos na melhoria do setor.	Preparação para cop 28, de forma a ter melhor resultado da participação do país	Reforçar o reconhecimento político da importância de reforçava as capacidades técnicas dos países as existências de Paris
Melhor preparação dos documentos do país	Transferencia de ideias, dar a conocer y aplicar lo que haya aprendido aquí (exchange .*)	Fazer paralelos de metodologia de capacitaçãoa outras áreas temáticas

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Escritórios registrados

Bonn e Eschborn, Alemanha
T +49 228 44 60-0 (Bonn)
T +49 61 96 79-0 (Eschborn)

Friedrich-Ebert-Allee 40

53113 Bonn, Alemanha
T +49 228 44 60-0
F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5

65760 Eschborn, Alemanha
T +49 61 96 79-0
F +49 61 96 79-11 15